

## A constituição do eu trabalhador

Antônio Fernando Gomes Alves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALVES, AFG. A constituição do eu trabalhador. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. *Psicologia social e personalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 169-192. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## A constituição do *eu* trabalhador

Antônio Fernando Gomes Alves<sup>1</sup>

“Toda verdade é simples – Não será essa uma mentira composta?”  
Nietzsche (1888)

Concentra-se este ensaio em examinar as relações de trabalho no capitalismo diante dos ininterruptos avanços da tecnologia e os efeitos daí advindos sobre a constituição do trabalhador e – por consequência – sobre o seu eu, parte indivisível do ser. Para Leontiev (*apud* Bezerra, 2004, p.1) “(...) concebemos a atividade vital do homem, diferenciada da atividade dos animais por ser mediada pela reflexão consciente, livre e por produzir incessantemente o novo (...)”.

O fio condutor deste ensaio é a relação entre o trabalhador (*homo faber*) e o sentido de trabalho que sobre ele opera, o qual se denominou *eu* trabalhador.

Por *trabalho* entenda-se a concepção marxista no contexto do capitalismo, a atividade responsável diferenciadora entre homens e animais. É a transformação proporcionada pelo esforço humano que agrega valor à mercadoria, valor que, transformado em lucro, acumula-se nas mãos capitalistas. Quanto ao sentido de trabalhador, adotou-se o critério de *trabalhador produtivo* de Braverman (1987, p.353), aquele que “representa as relações sociais entre o capital e o trabalho, visto que [correspondia ao] meio direto de criar mais-valia”. Essa mesma relação capital e trabalho estabelece a divisão das atividades produtivas em que os trabalhadores são agrupados, fortalecendo a individualidade como imperativo na produção. Essas atividades produtivas coordenam o indivíduo para um trabalho qualificado, e em casos extremos, provocam alterações psicossociais,

<sup>1</sup> Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

como esforço repetitivo, irritabilidade social, conflitos na relação interpessoal, entre outros, frutos da desarticulação das capacidades físicas e mentais que o capital comanda.

Ainda como resultado desse processo psicossocialmente desestruturante, termina por desestimular o indivíduo de tomar parte no desenvolvimento da coletividade em que está inserido, com suas capacidades humanas em equilíbrio, ou seja, suas funções físicas e psíquicas normais, sem nenhum distúrbio físico ou mental. A indústria transforma o trabalhador num indivíduo incapaz de controlar suas ações na sociedade, levando-o a praticar ações que comprometem a ordem social. A poluição sonora, pressão e exaustão da capacidade física e mental invariavelmente levam o trabalhador a algum desequilíbrio psíquico.

A especialização que a divisão do trabalho acarreta faz do capitalismo o sistema de maior expansão como ordem econômica para todos os países, gerando excedente de capital promovido pelas forças produtivas. Esse excedente decorre da utilização eficiente das forças produtivas (capital e trabalho). A força produtiva (trabalho) tem capacidade de gerar um excedente que valoriza a grandeza do capital total: a mais-valia (absoluta e relativa).

A mais-valia, abstraída do trabalhador mediante os meios de produção, potencializa-se com a aplicação da tecnologia incorporada às práticas desses trabalhadores pelas inovações produtivas.

Ainda que mais de um século já tenha decorrido da definição pré-capitalista de Marx, persistem os problemas por ele apontados e as relações sociais verificam-se em condições de exploração no avanço do capitalismo. Num mundo de relações trabalhistas complexas e globalizadas devido às novas tecnologias, não seria de se esperar que o trabalhador resistisse incólume ou que a definição de seu “eu” não sofresse variação.

Nessa exigência de modificação, o binômio pessoa-trabalho altera endógena e exogenamente as relações sociais produtivas. Endogenamente em relação às mudanças provocadas nas organizações e, conseqüentemente, no

ambiente corporativo, demandando desse trabalhador novos comportamentos e novas atitudes, elevados grau de competitividade perante os demais, atitudes individuais de sobrevivência, entre outras. Será o “eu” trabalhador a síntese desse binômio, alterando dialeticamente a pessoa e a atividade do trabalho perante os valores construídos em equipe – tolerância, respeito e partilha, constituintes de uma identidade social em construção em face das forças de mercado? Segundo Foucault (Fonseca, 2003), a meta dessa economia disciplinar é fabricar homens dóceis e submissos, do que resultou a pessoa moderna. Sob essa perspectiva, a preocupação de Foucault concentra-se na constituição do indivíduo e muito menos numa abordagem essencialista na qual a disciplina que o modela está presente nas materialidades e sociabilidades postas nas relações do campo social.

Posicionar-se e pensar em face dessas mudanças e desafios ora postos exogenamente nas relações sociais que se estabelecem fora ou dentro da organização, no ambiente familiar, cotidiano ou mesmo no campo social, requer compreender a possibilidade de modelagem de outro trabalhador, o surgimento deste “eu” trabalhador. A construção dessa subjetividade é moldada numa trama social em que se busca constantemente entender, decifrar a relação singular/universal e as relações que dela se originam e transformam a sociedade. Numa “relação que se estabelece e se transforma continuamente entre ambos de forma dialética, indivíduo e mundo social não são estruturas separadas, mas sim polos extremos de um mesmo elo de continuidade” (Ribeiro, 2004, p.98), razão por que, reafirma Furtado (2002), a realidade “será sempre subjetiva”.

Essa mesma realidade aponta como componentes de tais transformações as inovações e mudanças no contexto das relações econômicas e sociais, ganhando espaço na medida em que considera a convivência humana o ingrediente inerente da evolução social.

Tornou-se importante considerar que os novos conhecimentos não se reduzem a máquinas, equipamentos e processos, mas incorporam de forma essencial aqueles que as operam e diferenciam a sociedade atual: os sujeitos. Reconstruindo a visão existencialista, o sujeito é sempre um vir-a-

ser em permanente superação, realçada por seus valores, como uma “bússola” para retomar o caminho. Esses sujeitos dotados de subjetividades completam o todo a partir das suas singularidades e particularidades, ainda que característica da vida cotidiana seja em geral o “manuseio grosseiro do singular”, destaca Heller (2000), de um mundo histórico e dado. Agnes Heller procura capturar o cotidiano na sua forma mais precisa – singularidade – cotidiano – particularidade –, cotidiano em que o sujeito, na sua historicidade, reflete a universalidade, consequências dessa singularidade, ainda que as particularidades possam ser desconhecidas, remetendo-nos a outros significados. Juntam-se aos outros para compor o todo, mas sem perder a consciência de si mesmas.

A construção desse conceito do “eu” assemelha-se a um mosaico pela multiplicidade que há em ambos de peças e encaixes. O mosaico é plural, mas existe tão somente porque se constrói a partir do singular, do encaixe multifacetado, sem que suas peças percam por isso forma ou contorno para compor a representação coletiva desse grupo ou mesmo desse trabalhador. Cada “eu” é continuamente tocado por outro, de onde se estabelecem as relações, os encontros e a reciprocidade no campo social. Resgata-se a noção de Moscovici (2010, p.153), pela qual “a ciência do conflito entre o indivíduo e a sociedade” acabou definindo parte dos estudos na Psicologia Social. Esclarecendo sua afirmação, o autor acrescenta que o social do qual o indivíduo faz parte “é estudado em termos da presença de outros indivíduos ou de ‘numerosidade’ não são realmente as características fundamentais do sistema que estão sendo exploradas, mas sim um de seus subsistemas – o subsistema das relações interindividuais”. Interessa-nos em especial nesse contexto reafirmar como Moscovici permitiu um deslocamento conceitual ao valorar o seu pensamento ao destaque do papel da ontologia social expressa por Durkheim, vinculando sua aplicação nas relações interpessoais entre o social e o psicológico. Moscovici valorizou o seu campo de investigação ao atribuir à ação no cotidiano o destaque relevante para as construções das representações coletivas, ressaltando que essa representação é fruto da interação social e da socialização entre os

indivíduos (Xavier, 2002). Assim como ele, cumpre resgatar mais uma vez que o social é algo intimamente ligado à condição humana e necessita ser tomado como “sinônimo de sociabilidade”, como dirá Silva (2004), ao discutir uma genealogia da Psicologia Social.

Outro aspecto deste ensaio é o modelo de consciência política proposto por Salvador Sandoval, para quem a consciência política é composta por aspectos identitários, pela cultura socialmente construída e expressa na sociedade, por meio de um conjunto de valores e crenças internalizadas pelo trabalhador e pela perspectiva politizada do contexto social em que se localiza o sujeito. Uma vez que a construção da consciência política é um processo dinâmico e evolutivo, importa categorizar o “eu” trabalhador no aspecto dinâmico da estrutura das relações sociais, indissociável do movimento societal. Essas dimensões, segundo o modelo proposto por Sandoval, informam a consciência política de sujeitos individuais e coletivos. Mediante essa estrutura esquemática, oferece-nos o autor um modelo conceitual de consciência política entendida como um “[...] processo contínuo de elaboração de visões de mundo em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos” (Sandoval, 1989, p.70).

Tais exigências modificam a aplicação e formação das práticas na relação social, alteram prioridades e comprimem espaços de convivência, modificando significativamente a gênese do conceito desse trabalhador necessário à sociedade. Característica dos tempos modernos, a individualização impede a capacidade de construir o bem comum, o espaço comum de convivência, tendendo invariavelmente ao singular: o particularismo das necessidades construídas em que os fins justificam os meios. Eis o cenário em construção de uma nova realidade social, formatada na evolução de uma nova economia – ambiente propício ao surgimento de outro “eu” trabalhador?

## **A relação produtiva na nova economia: Que trabalhador é esse?**

Em primeiro lugar, importa contextualizar a nova economia considerando a transição do capitalismo de base industrial para outra forma de expansão do capitalismo, classificada como “imaterial”, em que a força produtora de maior relevo passa a ser o conhecimento. Os produtos da atividade do trabalho passam a ter como medida a quantidade de conhecimento utilizada no trabalho. É o conhecimento, o trabalho abstrato, que se cristaliza no produto e é ele que determina o valor a ser dado a esse produto.

Essa nova versão do capitalismo desloca a predominância da produção industrial para um processo chamado *setor de serviços*, acompanhado pelas relações humanas inerentes às práticas do trabalho. A produção capitalista permanece, mas o trabalho característico desse setor evidencia muito mais um esforço intelectual-cognitivo do que propriamente físico. É por esses dois pressupostos que a nova economia vem moldando o trabalhador e assegurando a transferência e ampliação da riqueza mundial pelos capitalistas, vetores da sociedade de consumo.

Em tempos de fortes mudanças tecnológicas, o debate sobre o trabalho e as relações que dele se originam ganha novo fôlego. Uma das questões debatidas é o rompimento entre o tempo e o espaço de aprendizagem e o espaço de que o ato de trabalhar ocupa na formação do trabalhador. A ideia de que primeiro uma pessoa se forma em um ambiente educativo e depois se qualifica por meio do mundo do trabalho perdeu quase todo o sentido. Hoje se vê o processo de formação do trabalhador como contínuo e sistemático, acompanhado de constantes transformações do mundo do trabalho. Cumpre mencionar Nikolas Rose (2001, p.35), para quem “o foco não é, portanto, a história da pessoa, mas a genealogia das relações que os seres humanos têm estabelecido consigo mesmos, isto é, as práticas nas quais eles se relacionam consigo mesmos como eus”.

Paradoxalmente, a evolução das dinâmicas tecnológicas em relação às práticas do trabalho – e ao trabalhador – provocou considerável aumento de desemprego e restringiu seriamente a possibilidade de retornar em

condições adequadas ao mercado de trabalho, alterando e promovendo as adaptações que o trabalhador precisa vivenciar para manter-se nas relações sociais do capitalismo.

A dinâmica evolutiva da tecnologia é preocupação permanente dos estudiosos da relação homem-trabalho. Nilton Vargas (1983) descreve com propriedade essa intervenção e modificação na relação produtiva desse trabalhador:

A tecnologia passou a articular o conhecimento científico com o conhecimento produtivo. Em outros termos, a articular as leis da natureza com as leis do capital. Esse “novo trabalhador”, fruto da racionalização do tempo, invade a discussão atual, sendo subordinado a esse fator (p.62).

Parece-nos evidente que o atual entusiasmo tecnológico da sociedade capitalista, uma vez que – sob as mais diversas formas produtivas – a tecnologia visa ao trabalho e maximiza as limitações humanas, acentua a subordinação do trabalhador no processo de acumulação capitalista, aumentando a tensão no bojo da relação entre capital e trabalho pela excelência competitiva no trabalho. Essa lógica reafirma a necessidade do trabalhador modelado para as relações capitalistas e com possibilidades de alternar as atividades no mundo do trabalho.

A reflexão meadiana enseja pensar que vários *selves* coabitam um *self* global por meio do qual as alterações no campo social afetam a individualidade da pessoa, passando sua singularidade a conter o universal. Alterado pela dinâmica capitalista, o “eu” do trabalhador é reconstruído na convivência social, produzindo ações que evidenciam a mudança no *self* e no comportamento do trabalhador.

### **A inscrição do “eu” na Psicologia Social: Em busca do “eu” trabalhador?**

A busca de superar a concorrência provocou alterações significativas na relação do trabalhador. Em contato com os escritos de Mead, revi minha

noção sobre nós mesmos e passei a ver-nos como pessoas (*self*) vitais-sociais cultivadas – “por meio da emoção e da linguagem”, nas palavras de Silvia Lane, e pela cultura e consciência da sociedade que nos precedeu, propõe Sandoval. Sociedade, a propósito, mediatizada por “outros significativos” e por “outros generalizados”, composta, entretanto, por pessoas (*self*) que, integradas por um “eu” e um “mim”, são um “mesmo” que integra, pela reflexão da linguagem, um “eu” vital-pessoal para um “mim” pessoal-social. Dessa indissociação “eu” e “mim” é possível pensar o surgimento do “eu” trabalhador? Ainda que reafirmemos o surgimento de uma nova categoria do “eu”, agora o “eu” trabalhador é o conhecimento, sinônimo da transformação do sujeito, termo que Mead utiliza para pôr em evidência as transformações socioculturais da formação humana numa perspectiva da mudança social pela qual passa o trabalhador em busca da materialidade que, numa relação dialética, transforma para ser transformado, procedente das relações dos trabalhadores produtivos. Farr (2008), pensando Mead, distingue que:

A individualização é o resultado da socialização, e não sua síntese. O self nos seres humanos deve ser compreendido tanto filogeneticamente, em termos de evolução da espécie, como ontogeneticamente, em termos de desenvolvimento de cada membro individual da espécie (p.80).

A noção de pessoa está ligada à de sociedade e é direta a relação do “eu” trabalhador com os espaços produtivos que atuam sobre ele. Essa relação do “eu” trabalhador com o espaço produtivo enseja um “eu” diferente e com características próprias, como performance competitiva, disposto ao trabalho e com sentido de resiliência,<sup>2</sup> espírito de equipe mas com capacidade para a delação, entre outros. Portanto, é nas práticas do cotidiano que as tramas da relação entre o “eu” e o “mim” da pessoa se estruturam para constituir a consciência do trabalhador. Nessa convergência, destaca-se “o fato social total”, em que as dimensões da

---

<sup>2</sup> Entende-se por resiliência a capacidade do ser humano de recuperar-se psicologicamente quando submetido a adversidade, violência ou catástrofes na vida.

manifestação do “eu” criam uma ligação entre o desenvolvimento físico, o psíquico e o social, numa rede complexa traduzida pelas suas práticas, o que faz lembrar o real sentido da “noção de pessoa” trazida por Mead, em que ao conceituar o *self* remete à autonomia do sujeito diante do controle da sociedade e sua capacidade de decisão em agir no campo pessoal e político (Sant’ana, 2004). Em Mead, observa Farr (2008), o *self* é resultante de um interacionismo simbólico em que a linguagem assume papel central na discussão da constituição desse “eu” na psicologia social.

Cumprir lembrar a importância de Mead para a legitimação da psicologia como relação social e não apenas como nascente das ciências naturais. Ao contrário de alguns pensadores, Mead evocou a mente como processo de investigação na constituição do *self*, transformando-se num “pragmático filosoficamente sofisticado”. Por ser pensador da obra descartiana, também viveu as inquietações do dualismo corpo e mente, questionando amiúde “como os pensamentos podem dar origem às ações?”

Esse dualismo condicionou o que Mead viria a chamar de dualismo entre o *self* e o outro. Assim, o *self* emerge da interação social e o outro exerce o papel fundamental para nós mesmos e o reflexo psíquico resulta do movimento dialético da atividade objetivada por meio da qual o indivíduo entra em contato com o mundo circundante. “Nesse movimento o indivíduo apropria-se dos objetos materiais e também dos significados sociais mediatizadores dos vínculos entre o sujeito e o mundo” (Silva, 1986, p.49). O *self* surge das profundezas do humano e não como algo dado da experiência humana, isto é, processos simbólicos construídos. Como aponta Sant’ana (2004, p.27) ao discutir o *self*, Mead distingue o “eu” e o mim, concebendo o “eu” “como a fase do *self* que se exterioriza, em resposta às atitudes dos outros, enquanto o “mim” é a fase do *self* que internaliza aquelas atitudes” e ambos articulados resultam no *self* elaborado.

As inovações no contexto das relações sociais ganham espaço na medida em que consideram a convivência humana o ingrediente inerente da evolução social. Tornou-se importante considerar que os novos conhecimentos não se reduzem a máquinas, equipamentos e processos, mas incorporam de

forma essencial aqueles que as operam e diferenciam a sociedade atual, alterando significativamente o psiquismo das pessoas. Por que parecemos desfocados do sentido evolutivo do psiquismo? Repensar abordagens complexas como a relação dialética do trabalho com os trabalhadores torna-se imperioso neste século de mudanças para assegurar a sustentabilidade pessoal e social e indagar coletivamente: o seu trabalho é com sentido?

Os comportamentos humanos incorporam-se ao “eu” trabalhador no cotidiano mediante a formação do *self*. Embora não seja possível individualizar a ação de cada um dos termos propostos por Mead na formação humana – “eu”, “mim” e *self* –, essa triangulação constitui a característica “unificadora” de cada pessoa a partir das mudanças ocorridas no campo social. Tais mudanças alteram o protótipo do trabalhador, em busca dos objetivos construídos por uma sociedade que ensina que ser é ter e que as relações afetivas e sociais são construídas sobre bases de trocas. Característica dos tempos modernos, a individualização devora a capacidade de construir o bem comum, o espaço comum de convivência, convergindo invariavelmente para o singular, o egoísmo e o individualismo das necessidades construídas, em que os fins justificam os meios.

### Considerações finais

Inquietudes. Eis o painel que se descortina aos nossos olhos. Revisitar essas concepções do “eu”, *self* e “mim” preconizadas por Mead requer reposicionar valores e comportamentos antes construídos para determinar a busca da sustentabilidade no campo social, mas para quê? Que sujeitos estão envolvidos? Nessa linha não muito linear, cabe destacar a revisão do papel concorrencial dos sujeitos, suas identidades contrárias aos valores de cooperação e, portanto, pensar e repensar a capilaridade que assumem as decisões nos ambientes produtivos, comunitários ou mesmo familiares na construção desse mosaico de relações humanas.

Dessas interconexões, na medida em que o conhecimento materializado obtém espaço e voz, resulta um eu do trabalhador. Entretanto

é nas práticas em que se sustenta o processo de valorização nas relações subjetivas e intersubjetivas da criação do conhecimento, ou seja, na relação entre o trabalho abstrato e o trabalho coletivo em que esse trabalhador se inscreve que emerge a possibilidade de outra identidade, apontada neste século XXI de transformações críticas no capitalismo industrial e de efervescentes mutações sociais.

Nas primeiras décadas do século XX, trabalhar em organizações industriais do Primeiro Mundo era extremamente sacrificante. Da Era Moderna, surge um individualismo capaz de estabelecer elementos para um eu individualizado? Seria esse novo eu trabalhador resultante do individualismo moderno de que nos fala Dumont (1985)? Explora ele um valor e um “indivíduo” cujo objetivo está fora e além de si próprio, indivíduo cognitivo e falante, como caracterizado na evolução social. Da outra parte, aquele cuja moral rege suas ações, possuído de valores e de ideologia, “essencialmente não social”.

É esse trabalhador produtivo do “admirável mundo novo” que abre mão da vida social para consagrar-se na racionalidade do progresso e determinar seu próprio destino? Justificam-se jornadas de mais de doze horas (às vezes ininterruptas), absoluta falta de segurança e qualidade da saúde no trabalho, salários baixos, nenhuma garantia de justiça social e uma relação de extrema competitividade entre os próprios trabalhadores: eis o panorama de que provêm as insatisfações históricas vivas até hoje na memória dos trabalhadores. Memórias que constituem a construção de um *self* trabalhador individualizado. Seriam reminiscências desse trabalhador dos primórdios da era pré-capitalista, ou mesmo capitalista para o eu trabalhador deste século? Inquietações! Examinando o cenário do século passado, as condições não parecem distantes das atuais, como revelam fatos que marcam a sociedade do trabalho do século XXI.

Dizer que surge um “eu” trabalhador dessa nova relação homem-trabalho seria lançar suspeita de que tempos sombrios reapresentam um “eu” exteriorizado diferente? Não seriam essas “novas” relações as já vistas no passado, agora mediadas e transformadas pelo avanço tecnológico? Mas

de que ser humano estamos falando? Seria um *self* que permite legitimar as condições sociais e de trabalho, modelando um protótipo de trabalhador flexível, adaptável às empresas do “futuro”?

Por terem sido de extrema angústia e privação, tais experiências e memórias dos trabalhadores foram transmitidas geração após geração, o que constitui a consciência de si como mediadora para a constituição do mim. Esse “eu” estaria aqui expresso na relação do espelho quando o *self* passa a permitir e legitimar as mudanças ocorridas com o “mim” e na explicitação do “eu”, no caso em discussão o trabalhador quando no ato de trabalhar, na interação social. Entre o prescrito e o previsto, cresce o abismo na relação entre capital e trabalho e ergue-se uma barreira real entre os interesses do capitalista e do trabalhador na qual os meios de produção passam a prevalecer sobre o *self* individualizado, produzindo um *self* coletivo que permite alterar e maximizar as formas de expansão do capitalismo mediadas pelo capitalismo imaterial cujo aporte de discussão é o conhecimento gerado pelo trabalhador.

Vale dizer que o *status* dos espaços produtivos em termos competitivos e de valor de mercado é resultado de um conjunto de variáveis, entre as quais o conhecimento tácito, muitas vezes associado ao inconsciente de cada pessoa como intangível das relações entre os seres que rege a dialética capitalista. É desse conhecimento interno que o *self* reelabora, por intermédio do mim, um eu trabalhador capaz de suportar as capturas do capitalismo e, a partir delas, a captura da consciência, instalando uma “falsa consciência”.

Vivemos numa economia do conhecimento, num capitalismo cognitivo em que o trabalho abstrato e social dos sujeitos é fruto de uma energia intelectual e linguística capaz de produzir bens intangíveis. Esse conhecimento é capturado pela mente – *self* –, que processa tudo o que lhe é atribuído por meio externo, o eu que revela o trabalhador.

A mente, aqui, inclui a capacidade de aprender e usar a mediação simbólica para atingir a inter-relação entre os sujeitos no meio social, na

construção da identidade e da consciência. Dessa forma, pode-se interpretar a prática da atividade humana como a construção inteligente de seres humanos por meio da interação social entre os sujeitos e os artefatos – símbolos – que compõem a trama produtiva.

No cotidiano das relações entre o trabalhador e o trabalho e das consequências que os envolvem diariamente, a formação do “eu” trabalhador pode ser modificada na sua construção ou, não raro, ser negada pela relação social. Isso costuma acontecer quando a satisfação da vida não é vivenciada pelos seres humanos e acaba por desequilibrar a evolução social das espécies. Trata-se de perguntar ontologicamente: de onde viemos e para onde vamos?

A subjetividade negada no mundo do trabalho se fortalece pelo desrespeito à dignidade do trabalhador, obrigando-o a converter desejos em valores ou a sucumbir à estrutura dominante, obrigando-o a tornar-se mecanismo de produção, desconsiderando sua condição humana, merecedor de benefícios e satisfações acordados ou mesmo conquistados. Nesse cenário de incertezas, a formação do “eu” trabalhador não subsiste em base tão frágil e efêmera, desprovida de elementos capazes de transpor o inesperado, de competências que separam, paradoxalmente, as incoerências da vida.

É essencial compreender a relação bilateral – “eu”-sociedade – que constitui a noção de pessoa do “eu” trabalhador no modelo emergente da sociedade capitalista. A retórica do paradigma emergente nas relações sociais destaca a importância da criação dessa relação “intersubjetiva”. Na relação desenhada nos cenários produtivos, os trabalhadores são chamados a integrar essa dinâmica capitalista para contribuir numa relação de trocas econômicas, políticas e sociais.

Não há certezas diante do conflito clássico que opõe o trabalhador e o trabalho, cenário cotidiano de todos os que trabalham e deixa perplexos os estudiosos da sociedade no mundo do trabalho. Importa preparar-se para lidar com a instabilidade, o que vale dizer estar apto para tomar decisões, ressignificar conceitos, atitudes e comportamentos.

Na relação trabalhador-trabalho, as características inconstantes e flexíveis tomam proporções assustadoras. Seu desenvolvimento humano – *self* – não é mais possível à medida que as fragilidades da sociedade capitalista introduzem nas relações produtivas a negação do outro pela competitividade e à medida que individualiza o “eu” trabalhador como sinônimo de sobrevivência por meio das mudanças nos comportamentos.

Deixou de ser possível o eu que se satisfaz com sua história de vida numa relação socialmente construída na presença do outro. Assim, a busca pela satisfação no acontecimento produtivo do cotidiano é ir e vir constante, um construir para desconstruir e reconstruir quase instantaneamente pela negação do outro. O “eu” não deveria ser investigado como um espaço contido de individualidade humana, “limitado pelo envelope da pele, que foi precisamente a forma como, historicamente, ele acabou por conceber sua relação consigo mesmo”, como ensina Rose (2001, p.144).

Escreve Rose, (2008) “o self é para aspirar autonomia, para esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na terra” (p.162). Retomar a questão do sentido do trabalho na vida de cada trabalhador – a formação do eu trabalhador com um trabalho digno – parece ser o primeiro passo. A tentativa de negar a perda do eu, a ausência da noção de coletivo ou mesmo do outro, de partilha no sentido mais amplo da palavra “comunitário” constitui para alguns a razão da falência ou da perda da esperança desse eu trabalhador.

Equacionar a questão da relação trabalhador-trabalho que nasce do clássico conflito capitalista *capital x trabalho* exige desconstruir o sistema para focalizar o humano, despertar sonhos, encantar a vida e reinventar saídas que repropõem o coletivo como o centro dessa discussão. Dessa forma, mantém na dobradura do cotidiano das práticas produtivas do eu trabalhador a certeza da vida, ainda que admitamos, como Foucault, não existirem verdades gerais que modelem o eu trabalhador pela racionalidade que conduz a constatações e replicações gerais, mas que o que existe é a arqueologia humana do viver (Fonseca, 2003) na construção do humano, segundo Silvia Lane, transpassado pela emoção e pela linguagem na sua formação.



A discussão acerca desse “olhar” crítico sobre a atividade humana – trabalho – no espaço social para a construção do “eu” trabalhador é muito complexa. Cumpre lembrar que a noção do social trazida para o ensaio não se resume ao espaço e às possibilidades de sociabilidades entre os sujeitos – aqui os trabalhadores – nas fábricas, mas abrange a forma em que tais relações acontecem, não como um social predeterminado ou mesmo prescrito, mas a “trama” pela qual constrói o trabalhador a partir da prática do “uso de si” em que ele próprio executa sua atividade e com que vai se constituindo ao longo da sua história, num processo de subjetivação constante e na articulação dos saberes. Busca-se sair da simplificação trazida pelo viés econômico como única resposta ao sentido do trabalho. Outro desafio é pensar o trabalho como uma via de acesso para entender o social, remetendo quase sempre à forma de organização do processo produtivo como uma variável determinante para a observação sobre a complexidade do trabalho, que contraria o ato de trabalhar, uma vez que as múltiplas relações e estruturas do cotidiano podem revelar a diferenciação do humano.

### Referências bibliográficas

- Bendassolli, P. F. (2007) *Trabalho e identidade em tempos sombrios*. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras.
- Beserra, F. de M. et.al. (2004) *A contribuição da teoria de Leontiev no estudo da relação entre trabalho e educação*. [www.abrapso.org.br](http://www.abrapso.org.br). Acesso em 03.07.2011.
- Bock, A. M. B. e Gonçalves, M. da G. M. (Org.). (2009) *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Braverman, H. (1987) *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Dumont, L. (1985) Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-no-mundo. In: Dumont, L. *O Individualismo* (pp.35-71). Rio de Janeiro: Rocco.

- Farr, R. (2008) George Herbert Mead, filósofo e psicólogo social. In: \_\_\_\_\_. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Fonseca, M. (2003) A disciplina como estratégia política. In: \_\_\_\_\_. *Michael Foucault e a constituição do sujeito* (pp.39-71). São Paulo: Educ.
- Furtado, O. e Rey, F. L. G. (2002) *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gorz, A. (2003) *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2004) *L'immatériale, Conoscenza, Valore e Capitale*. França: Multitudes.
- Heller, A. (2000) *O Cotidiano e a História*. 6ª Ed., São Paulo: Paz e Terra.
- Marx, K. (1975) *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, Vol. 2.
- Mead, G. H. (1993) Parte III: La Persona. Capítulos 18, 19, 20, 21, 22, 29. In: \_\_\_\_\_. *Espíritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. México: Paidós.
- Moscovici, S. (2010) *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Ribeiro, M. A. (2004). A trajetória no mundo do trabalho: o conceito de carreira. In: *Orientação profissional para “pessoas psicóticas”: um espaço para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos* (pp. 83-105). Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Rose. N. (2008) Psicologia como uma ciência social. Universidade de Londres, *Psicologia & Sociedade*, 20 (2), 155-164.

- \_\_\_\_\_. (2001) Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 26 (1), jan./jun, 34-57.
- \_\_\_\_\_. (2001) Inventando nossos eus. In: Silva, T. T. da (Org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros dos sujeitos* (pp.137-204). Belo Horizonte: Autêntica
- \_\_\_\_\_. (1998) Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, T. T. da (Org.) *Liberdades reguladas* (pp.30-45). Petrópolis: Vozes.
- Sandoval, S. A. M. (1989) Consideração sobre aspectos microssociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia e Sociedade*, 7, 61-89.
- \_\_\_\_\_. (1989) A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, 34, 122-130.
- \_\_\_\_\_. (1994) *Os trabalhadores param*. Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1994) Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: Spink, M. J. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- Sant'ana, R. B. de. (2004) O processo de formação do sujeito e o self na psicologia social de G. H. Mead. *Revista de Psicologia Política*, jan/jun, 4 (7).
- Silva, R. (2004) Notas para uma Genealogia da Psicologia Social. UFRGS, *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), maio/ago.
- Silva, M. N. (1986) *A produção social da consciência: uma abordagem histórica da consciência como fenômeno psíquico*. Dissertação Mestrado em Educação. Campinas: Unicamp.
- Varga, N. (1983) *Gênese e difusão do taylorismo no Brasil*. São Paulo: Cortez/ANPOCS.

- Xavier, R. (2002) Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, 14 (2), jul/dez.

## Sobre os Autores e as Autoras

### **Antônio Fernando Gomes Alves**

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Pesquisa Psicologia Política e Movimentos Sociais. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade São Francisco (1992) e Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (1998). Especialização em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e Mestrado em Economia Política PUC/SP (2000). É professor titular da Universidade São Judas Tadeu e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Tem experiência na área de Economia e Administração, com ênfase em Economia e Psicologia do Trabalho, Psicologia Política, Políticas e Finanças Públicas, Educação, Aprendizagem Organizacional e Gestão do Conhecimento.

E-mail: [prof\\_alves@uol.com.br](mailto:prof_alves@uol.com.br)

### **Beatriz Akemi Takeiti**

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas. Possui graduação em Terapia Ocupacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2000) e Mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). É Professora Assistente do Curso de Terapia Ocupacional do Centro Universitário São Camilo. Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com ênfase no Campo Social, atuando principalmente nos seguintes eixos: infância e adolescência em situação de vulnerabilidade e desfiliação social, jovens autores de ato infracional, população em situação de rua, ações territoriais, educação e violência.

E-mail: [biatakeiti@gmail.com](mailto:biatakeiti@gmail.com)

### **Emanoel José Batista de Lima**

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas. Possui graduação (2000) e licenciatura (2001) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005). É professor da Faculdade Santo Agostinho e professor-assistente da Universidade Estadual do Piauí, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde coletiva, saúde mental, reforma psiquiátrica, violência, jovens, adolescentes, recursos comunitários.

E-mail: [emano\\_lima@yahoo.com](mailto:emano_lima@yahoo.com)

### **Fernando Fernandes Pimenta**

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade-Metamorfose. Possui graduação em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração de Negócios (1979), Mestrado em Psicologia (área: Psicanálise) pela Universidade São Marcos (2006), MBA em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas (2009), Formação em Psicanálise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos (2005) e em *Personal and Executive Coach* pelo *Integrated Coaching Institute* (2009). Experiência profissional no Brasil, Argentina e USA em Administração Geral, Finanças, Marketing e Gestão de Pessoas. *Coach* de Executivos e de Vida. É professor universitário em cursos de graduação e MBA.

E-mail: [fernando.f.pimenta@gmail.com](mailto:fernando.f.pimenta@gmail.com)

### **Heli de Andrade**

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Trabalho e Ação Social. Possui graduação em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA-1988), Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP-1991) e Mestrado em Administração pela Stanford University (USA-1998). Experiência profissional nas áreas de Finanças e de Administração, com ênfase em Gestão de Cultura e Transformação Cultural em Organizações.

E-mail: [heliade@uol.com.br](mailto:heliade@uol.com.br)

### **José Estevam Salgueiro**

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Trabalho e Ação Social. Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978) e Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003). É professor no curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do *lato sensu* na mesma IES. Trabalha principalmente nos seguintes temas: subjetividade e trabalho, psicologia institucional e psicologia organizacional e do trabalho. Experiência profissional em Psicologia Organizacional (Recursos Humanos), como técnico, gestor e consultor.

E-mail: [estevamsalgueiro@uol.com.br](mailto:estevamsalgueiro@uol.com.br)

### **Jullyane Chagas Barboza Brasilino**

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e Mestrado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (2010). É integrante do GEMA – Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/UFPE. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Pesquisando atualmente sobre violência contra a mulher, gênero e judicialização das relações conjugais.

E-mail: [jullyanebrasilino@gmail.com](mailto:jullyanebrasilino@gmail.com)

### **Mary Jane Paris Spink**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1969) e doutorado em Psicologia Social – *University of London* (1982). É professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: práticas discursivas e produção de sentidos, risco como estratégia de governamentalidade e saúde coletiva.

E-mail: [mjspink@pucsp.br](mailto:mjspink@pucsp.br)

### **Patrícia do Prado Ferreira-Lemos**

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo Psicanálise e Sociedade. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-2003), Especialização em Psicologia Clínica pela PUC-Rio (2005) e Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade na Universidade Veiga de Almeida (2009). Tem experiência em pesquisa, clínica e formação contínua em Psicanálise, atuando principalmente nos temas: psicanálise, cultura, sujeito, ciberespaço, laços sociais.

E-mail: [patricia.ferreiralemos@gmail.com](mailto:patricia.ferreiralemos@gmail.com)

### **Pedro Paulo Viana Figueiredo**

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2007) e Mestrado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (2010). Têm experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, pesquisando principalmente nos temas: violência contra criança, segurança da criança no trânsito, psicologia social discursiva e retórica.

E-mail: [pedro.vfigueiredo@gmail.com](mailto:pedro.vfigueiredo@gmail.com)

### **Sheila Ferreira Miranda**

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade-Metamorfose. Possui graduação em Psicologia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de São João Del Rei (2006) e Mestrado em Psicologia pela mesma Universidade (2009). É docente da Universidade Presidente Antônio Carlos. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, grupos comunitários, oficinas, processo grupal, desigualdade social, violência e afro-descendência no Brasil.

E-mail: [sheilaze@gmail.com](mailto:sheilaze@gmail.com)